


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Centreville, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo n°: 1002487-47.2018.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: Milton Gordo Neto
 Requerido: 'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS'

Aos 29 de junho de 2018, às 14:00h, na sala de audiências da Vara da Fazenda Pública, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento do autor, atuando em causa própria, e do Município requerido, na pessoa do Procurador Municipal, Dr. Elcir Bonfim, OAB nº 115.473. Iniciados os trabalhos, a proposta de conciliação restou infrutífera. Na sequência o MM. Juiz tomou o depoimento pessoal do autor, conforme termo que segue. Findo o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas, foi declarada encerrada a instrução. Em debates, as partes reiteraram as manifestações anteriores. A seguir, foi proferida a seguinte sentença: "Dispensado o relatório. Decido. A existência do buraco na via pública e ocorrência do acidente estão comprovados às fls. 4/6, e os danos às fls. 7 (avaria no pneu) e 8/9 (despesas com a aquisição de outro), confirmados pelo depoimento pessoal apresentado nesta data. Afasta-se a culpa exclusiva ou concorrente da vítima, não respaldada por qualquer elemento probatório, considerando-se a dinâmica incontroversa do acidente que, frise-se, ocorreu num dia de muita chuva (fls. 35/37), o que corrobora a alegação de que o buraco estava plenamente coberto pela água. Se não bastasse, não há prova de excesso de velocidade ou outra sorte de inobservância de dever de cautela, pelo demandante. Nesse cenário, o réu é responsável perante a autora. Não se trata de relação de consumo, porque a via pública não é pedagizada, de modo que o serviço oferecido pelo Município de São Carlos não é prestado mediante remuneração, requisito exigido pelo art. 3º, § 2º do CDC, afastando-se, portanto, a responsabilidade fundamentada nesse diploma. Aplicável, na realidade, o disposto no art. 1º, § 3º do CTB, ao prever a responsabilidade objetiva pelos danos causados aos cidadãos em virtude de não se garantir o exercício do direito do trânsito seguro. In verbis: "Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código. § 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro." Trata-se de norma especial que, de acordo com critério tradicional de resolução de antinomias, prevalece sobre a regra geral de responsabilidade subjetiva nos casos de comportamento omissivo da administração pública. Se as condições necessárias para que se tenha o trânsito seguro não forem respeitadas, daí já emerge a responsabilidade do órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito. Não há dúvida de que a existência de um buraco na pista constitui violação à garantia de do trânsito em condições de segurança, razão pela qual nessa hipótese há, realmente, a responsabilidade da administração pública. Julgo procedente a ação para condenar o Município de São Carlos a pagar ao autor Milton Gordo Neto a quantia de R\$ 415,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - Modulada desde 04.10.2017 (fls. 9), e juros moratórios equivalentes aos aplicados às cadernetas de poupança, desde 30.09.2017 (data do fato). Sem

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Centreville, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau. Publicada em audiência. Saem os presente intimados." NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Rosa Sueli Manieri, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Autor:

Proc. Munici.:

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**